



(*) Documento assinado eletronicamente por **MARIA DE FÁTIMA RODRIGUES TRAVASSOS CORDEIRO** em 15 de Maio de 2025 às 15:18 h conforme Art. 10, § 1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 e/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: **Número do documento: DECISÃO-CGMP-1232025, Código de validação: FF2F32A98A.**



Corregedoria Geral do Ministério Público

DECISÃO-CGMP - 1232025
(relativo ao Processo 95382025)
Código de validação: FF2F32A98A

PROCESSO DIGIDOC N. 9538/2025
INTERESSADOS: VICENTE DE PAULO SILVA MARTINS E MÁRCIO THADEU SILVA MARQUES
ASSUNTO: PERMUTA DE PLANTÃO

Trata-se de Processo Administrativo inaugurado a partir do Ofício OFC-CONJ - 672025, subscrito pelos Promotores de Justiça Vicente de Paulo Silva Martins, titular da 14ª Promotoria de Justiça Especializada do Termo Judiciário de São Luís (Promotor de Justiça Itinerante), e Márcio Thadeu Silva Marques, titular da 42ª Promotoria de Justiça Especializada do Termo Judiciário de São Luís (1º Promotor de Justiça da Infância e Juventude), por meio do qual solicitam **permuta dos Plantões Cíveis dos períodos de 16 a 18 de maio e 11 a 13 de agosto de 2025**, respectivos.

É o breve relatório.

Estabelece o art. 6º da Resolução n. 04/2011-CPMP que “*é facultado aos Promotores de Justiça compensarem entre si períodos de plantão, desde que mediante acordo por escrito e comunicado, pelo substituto, com antecedência mínima de 48 horas, ao Procurador-Geral de Justiça, ao Corregedor-Geral do Ministério Público e às autoridades e instituições previstas no § 2º do artigo 8º desta Resolução*”.

Na mesma esteira, dispõe o art. 8º do Ato Regulamentar n. 10/2020 que “é



(*) Documento assinado eletronicamente por **MARIA DE FÁTIMA RODRIGUES TRAVASSOS CORDEIRO** em 15 de Maio de 2025 às 15:18 h conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: Número do documento: DECISÃO-CGMP-1232025, Código de Validação: FF2F32A98A.



Corregedoria Geral do Ministério Público

facultado aos membros da mesma Regional permutarem entre si períodos de plantão, desde que comunicado com antecedência mínima de 5 (cinco) dias à Corregedoria Geral do Ministério Público, à qual declararão o compromisso de cumprir as providências descritas no parágrafo único deste artigo. Parágrafo único. Os Promotores de Justiça que realizarem a permuta comunicarão a alteração da escala, no mesmo prazo estabelecido no caput, aos Juízes e Secretarias Judiciais Plantonistas dos períodos correspondentes”.

Apesar de a permuta dos plantões não ter obedecido aos prazos dos normativos supramencionados, não há prejuízo à efetividade do plantão, haja vista que as devidas comunicações aos interessados, Juízes e Secretarias Judiciais, já foram feitas pelos requerentes.

Assim, **homologo a aludida alteração** e determino que sejam as informações publicadas no sítio do Ministério Público, para ciência aos interessados.

São Luís, data e hora da assinatura eletrônica.

assinado eletronicamente em 15/05/2025 às 15:18 h ()*

MARIA DE FÁTIMA RODRIGUES TRAVASSOS CORDEIRO
CORREGEDORA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO